


Ofício nº 002/2026 – GP

Jacareí, 07 de janeiro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Paulo Luís Santos (Paulinho do Esporte)  
D.D. Presidente da Câmara Municipal de Jacareí/SP

Assunto: **Pedido de Informação nº 129/2025**

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PROTOCOLO GERAL Nº <u>27</u>
DATA <u>19</u> / <u>01</u> / <u>2026</u>
 FUNCIONÁRIO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Ofício nº 884/2025-CMJ, dessa Casa Legislativa, datado de 12 de dezembro de 2025, recebido nesta Prefeitura no dia 12 de dezembro de 2025, referente ao Pedido de Informações nº 129/2025, de autoria do vereador Luís Flávio, venho prestar as seguintes informações:

Segue o Memorando nº 11/26 – SS/DVS, expedido pela Secretaria de Saúde, a fim de responder aos questionamentos apresentados.

Respeitosamente,

  
CELSON FLORENCIO DE SOUZA  
Prefeito do Município de Jacareí

  
ROBERTO TARCISO DE ABREU  
Secretário de Governo

Memorando nº 11/26 – SS/DVS

Jacareí, 06 de janeiro de 2026

À Chefia de Gabinete,

Assunto: **Resposta ao Pedido de Informações n. 129/2025**

Em resposta ao Pedido de Informações n. 129/2025, do Vereador Luís Flávio, que requer informações sobre a fiscalização da Diretoria de Vigilância em Saúde do Município de Jacareí no Hospital Alvorada, temos a informar que:

**1. A Diretoria de Vigilância em Saúde do Município de Jacareí realiza inspeções e fiscalizações no Hospital Alvorada?**

**Resposta:** Sim.

**1.1. Em caso positivo, informar a periodicidade das inspeções realizadas nos últimos 4 anos, apresentando datas, equipes responsáveis e natureza da inspeção (preventiva ou decorrente de denúncia).**

**Resposta:** A Diretoria de Vigilância em Saúde realiza ações fiscalizatórias no Hospital Alvorada de forma contínua, conforme planejamento técnico, análise de risco sanitário, demandas regulatórias e atribuições legais, nos termos da legislação sanitária vigente, notadamente a Lei Federal nº 8.080/1990, a Lei Estadual nº 10.083/1998 (Código Sanitário do Estado de São Paulo) e demais normas correlatas.

As ações fiscalizatórias realizadas nos últimos quatro anos não seguem periodicidade fixa, ocorrendo conforme a necessidade técnica identificada, podendo ser preventivas, programadas ou decorrentes de demandas específicas.

Quanto à solicitação de informações individualizadas, tais como datas específicas, identificação das equipes responsáveis e detalhamento da natureza das inspeções, esclarece-se que tais elementos integram processos administrativos próprios, os quais podem conter dados protegidos por sigilo funcional e/ou legal. Assim, sua divulgação encontra limites na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), especialmente no que se refere às hipóteses legais de restrição de acesso, bem como na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Dessa forma, o fornecimento das informações e documentos deverá ser requerido de forma específica, para análise caso a caso, mediante solicitação individualizada do dado



pretendido, a fim de possibilitar a adoção das medidas necessárias à proteção de informações amparadas por sigilo legal, inclusive por meio de eventual anonimização.

**1.2. Em caso negativo, justificar a ausência de inspeções e esclarecer se há interesse público em realizá-las futuramente.**

**Resposta:** Prejudicado.

**2. A Diretoria de Vigilância em Saúde Municipal garante aos interessados o acesso às informações oriundas das vistorias realizadas no Hospital Alvorada?**

**Resposta:** Sim. O acesso às informações é assegurado, nos termos da legislação vigente, observados os limites legais relativos à proteção de dados pessoais, ao sigilo funcional e a outras hipóteses de restrição previstas em lei.

**2.1. Em caso positivo, informar e encaminhar:**

**a) Cópia integral dos relatórios de vistoria;**

**b) Autos de infração; e**

**c) Termos de intimação, notificações e demais documentos lavrados pela Diretoria de Vigilância em Saúde Municipal em face do referido hospital no mesmo período.**

**Resposta:** Conforme informado anteriormente, os documentos solicitados integram processos administrativos que podem conter dados pessoais, estratégicos ou de terceiros, cuja divulgação irrestrita está sujeita às restrições previstas na Lei nº 12.527/2011 (art. 31) e na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Dessa forma, o fornecimento das informações e documentos deverá ser requerido de forma específica, para análise caso a caso, mediante solicitação individualizada do dado pretendido, a fim de possibilitar a adoção das medidas necessárias à proteção de informações amparadas por sigilo legal, inclusive por meio de eventual anonimização.

**3. Foram aplicadas penalidades administrativas – como advertência, multa, interdição parcial ou total, suspensão de serviços ou outras – decorrentes dessas fiscalizações?**

**Resposta:** Até o momento, não houve imposição de penalidades administrativas definitivas ao Hospital Alvorada, uma vez que os procedimentos instaurados encontram-se em fase de instrução e defesa, sem decisão final.

**3.1. Em caso positivo, apresentar o fundamento legal, data, valor das multas e a situação atual de cada processo.**

**Resposta:** Prejudicado.

**4. Há, por parte da Vigilância Sanitária, solicitação de planos de adequação, cronogramas de correção de irregularidades ou termos de compromisso firmados entre o Município e o Hospital Alvorada?**

**Resposta:** Sim.

**4.1. Em caso positivo, encaminhar cópia desses instrumentos e dos respectivos acompanhamentos.**

**Resposta:** No exercício de suas atribuições legais, a Vigilância Sanitária pode solicitar planos de adequação, cronogramas e demais medidas técnico-sanitárias necessárias à regularização dos serviços de saúde.

Tais documentos integram procedimentos administrativos de fiscalização e licenciamento, não configurando penalidades, e encontram-se sujeitos às restrições de acesso previstas na Lei nº 12.527/2011 e na Lei nº 13.709/2018.

Dessa forma, o fornecimento das informações e documentos deverá ser requerido de forma específica, para análise caso a caso, mediante solicitação individualizada do dado pretendido, a fim de possibilitar a adoção das medidas necessárias à proteção de informações amparadas por sigilo legal, inclusive por meio de eventual anonimização.

**5. O Município mantém contrato, convênio ou credenciamento com o Hospital Alvorada para prestação de serviços ao SUS ou a servidores municipais?**

**Resposta:** Não.

**5.1. Em caso positivo, especificar a relação entre os resultados das fiscalizações sanitárias e a eventual manutenção, suspensão ou revisão desses instrumentos.**

**Resposta:** Prejudicado.

**6. Os relatórios de fiscalização sanitária em hospitais privados, incluindo o Hospital Alvorada, são disponibilizados no portal da transparência ou por outro meio público?**

**Resposta:** Não.



**6.1. Em caso positivo, encaminhar listagem dos canais utilizados para essa finalidade.**

**Resposta:** Prejudicado.

**6.2. Em caso negativo, justificar a ausência de divulgação.**

**Resposta:** Os relatórios não são publicizados, por conterem dados pessoais e informações sensíveis, protegidos pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD). Tais documentos são disponibilizados aos interessados mediante solicitação formal junto ao Setor Atende Bem, com comprovação de vínculo ou legitimidade.

**7. A Vigilância Sanitária Municipal participa de conselhos ou comissões de saúde e apresenta periodicamente dados consolidados das inspeções realizadas nos hospitais do Município?**

**Resposta:** Sim.

**7.1. Em caso positivo, encaminhar atas ou relatórios referentes aos últimos 4 anos que evidenciem essa participação.**

**Resposta:** A Diretoria de Vigilância em Saúde realiza a prestação de contas das ações pactuadas por meio de relatórios quadrimestrais e do Relatório Anual de Gestão (RAG). As ações da Vigilância Sanitária constam de forma consolidada nesses documentos, os quais são encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde para apresentação ao Conselho Municipal de Saúde.

As atas de aprovação encontram-se disponíveis no site da Prefeitura:

<https://www.jacarei.sp.gov.br/conselhos-municipais-atas>.

Sem mais para o momento, reiteramos nosso compromisso com a promoção da saúde pública e permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

DANIEL FREITAS  
ALVES PEREIRA:  
31558659897

Assinado digitalmente por DANIEL FREITAS ALVES PEREIRA:  
31558659897  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=VideoConferencia,  
OU=2786279000143, OU=Secretaria de Saúde Federal do  
Brasil, RF=, OU=RSB e-CPF A3, OU=(sem branco), CN=DANIEL  
FREITAS ALVES PEREIRA.31558659897  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2025.01.15 10:18:16-0300  
Full PDF Reader Versão: 11.1.0

DANIEL FREITAS ALVES PEREIRA  
Diretor de Vigilância em Saúde

AGUIDA ELENA  
BERGAMO FERNANDES  
CAMBAUVA:0262139685  
2

Assinado digitalmente por AGUIDA ELENA BERGAMO  
FERNANDES CAMBAUVA:0262139685  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=  
3155438500175, OU=Secretaria de Saúde Federal do  
Brasil, RF=, OU=RSB e-CPF A3, OU=(sem branco), CN=  
AGUIDA ELENA BERGAMO FERNANDES  
CAMBAUVA:0262139685  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.01.15 14:04:45-0300  
Full PDF Reader Versão: 12.1.0

DRA. ÁGUIDA ELENA BERGAMO  
FERNANDES CAMBAUVA  
Secretária de Saúde